



# A Santa Sé

---

**CARTA DO SANTO PADRE FRANCISCO  
AO DIRECTOR DO JORNAL ITALIANO «LA REPUBBLICA»  
EUGENIO SCALFARI**

*Vaticano, 4 de Setembro de 2013*

*Prezado Dr. Scalfari,*

Com viva cordialidade queria, através desta, procurar, ainda que apenas em linhas gerais, responder à carta que houve por bem dirigir-me, nas páginas do jornal *La Repubblica* de 7 de Julho, com uma série de reflexões pessoais, que haveria de desenvolver nas páginas do mesmo jornal do dia 7 de Agosto.

Começo por lhe agradecer a solicitude que teve em ler a Encíclica *Lumen fidei*. De facto, esta – na intenção do meu amado Predecessor, Bento XVI, que a idealizou e em grande parte redigiu e de quem a herdei com imensa gratidão – tem em vista não só confirmar na fé em Jesus Cristo aqueles que nela já que se reconhecem, mas também suscitar um diálogo sincero e rigoroso com quem, como o senhor, se define «um não-crente há muitos anos interessado e fascinado pela pregação de Jesus de Nazaré».

Parece-me, pois, muito positivo, tanto para nós individualmente como para a sociedade em que vivemos, determo-nos a dialogar sobre uma realidade tão importante como é a fé, que faz apelo à pregação e à figura de Jesus.

Em particular, penso que há hoje duas circunstâncias que tornam obrigatório e precioso este diálogo. Aliás o mesmo constitui – como se sabe – um dos objectivos principais do Concílio Vaticano II, querido por João XXIII, e do ministério dos Papas, que desde então até aos nossos dias – cada um com a própria sensibilidade e contribuição – têm caminhado pelo sulco traçado pelo referido Concílio.

A primeira circunstância – como lembram as páginas iniciais da Encíclica – decorre do facto de, ao longo dos séculos da modernidade, se ter assistido a um paradoxo: a fé cristã, cuja novidade e incidência na vida do homem foram expressas, desde o início, precisamente através do símbolo da luz, tem sido muitas vezes rotulada como a obscuridade da superstição, que se opõe à luz da razão. E assim se chegou à incomunicabilidade entre a Igreja e a cultura de inspiração cristã, por um lado, e a cultura moderna de traça iluminista, por outro. Chegou o tempo – o próprio Vaticano II inaugurou a estação – de um diálogo aberto e sem preconceitos, que reabra as portas para um encontro sério e fecundo.

A segunda circunstância, para quem procura ser fiel ao dom de seguir Jesus na luz da fé, decorre do facto de este diálogo não constituir um acessório secundário da existência do crente; antes, pelo contrário, é sua expressão íntima e indispensável. A este respeito, deixe-me citar-lhe uma declaração, na minha opinião muito importante, da Encíclica: dado que a verdade testemunhada pela fé é a do amor – como lá se sublinha – «resulta claramente que a fé não é intransigente, mas cresce na convivência que respeita o outro. O crente não é arrogante; pelo contrário, a verdade torna-o humilde, sabendo que, mais do que possuímo-la nós, é ela que nos abraça e possui. Longe de nos endurecer, a segurança da fé põe-nos a caminho e torna possível o testemunho e o diálogo com todos» (n. 34). Este é o espírito que me anima nas palavras que lhe escrevo.

A fé, para mim, nasceu do encontro com Jesus: um encontro pessoal, que tocou o meu coração e deu uma direcção e um sentido novo à minha existência; mas, ao mesmo tempo, um encontro que se tornou possível pela comunidade de fé em que vivi e graças à qual encontrei o acesso ao entendimento da Sagrada Escritura, à vida nova que flui, como jorros de água, de Jesus através dos sacramentos, à fraternidade com todos e ao serviço dos pobres, verdadeira imagem do Senhor. Sem a Igreja – creia-me! –, eu não teria podido encontrar Jesus, embora ciente de que este dom imenso da fé está guardado em frágeis vasos de barro que é a nossa humanidade.

Ora, é precisamente a partir desta experiência pessoal de fé vivida na Igreja que me sinto à vontade para perscrutar as suas perguntas e procurar, juntamente com o senhor, as estradas ao longo das quais possamos talvez começar a fazer um pedaço de caminho juntos.

Desculpe, se não sigo passo a passo as argumentações que propôs no editorial de 7 de Julho. Parece-me mais frutuoso – ou pelo menos está mais de acordo com o meu génio – ir de certo modo ao coração das suas considerações. Não entro sequer na modalidade de exposição que segue a Encíclica e na qual o senhor entrevê a falta duma secção dedicada especificamente à experiência histórica de Jesus de Nazaré.

Para começar, limito-me a observar que uma tal análise não é secundária. Trata-se efectivamente – seguindo aliás a lógica que guia o desenrolar da Encíclica – de deter a atenção sobre o significado daquilo que Jesus disse e fez e assim, em última instância, sobre aquilo que Jesus foi e é para nós. De facto, as Cartas de Paulo e o Evangelho de João, especialmente referidos na

Encíclica, estão construídos sobre o sólido fundamento do ministério messiânico de Jesus de Nazaré, cuja resolução chega ao seu auge na páscoa de morte e ressurreição.

Por isso, é preciso confrontar-se com Jesus – diria – na dimensão concreta e tosca da sua história, tal como nos é narrada sobretudo pelo mais antigo dos Evangelhos, o de Marcos. Aí se constata que o «escândalo», que as palavras e a actividade de Jesus provocam ao seu redor, deriva da sua extraordinária «autoridade» – termo este, atestado já desde o Evangelho de Marcos mas que não é fácil de traduzir em italiano. A palavra grega é *exousia*, que literalmente se refere àquilo que «provém do ser» que se é. Trata-se portanto, não de algo exterior ou forçado, mas de algo que brota de dentro e se impõe por si mesmo. Realmente Jesus impressiona, desinstala, reforma a partir – Ele mesmo o disse – da sua relação com Deus, que trata familiarmente por *Abbá*, o qual Lhe confere esta «autoridade» para que Ele a aplique a favor dos homens.

Assim, Jesus prega «como alguém que tem autoridade», cura, chama os discípulos para O seguirem, perdoa... Todas estas coisas, no Antigo Testamento, são prerrogativa de Deus, e só Deus. A pergunta, que mais vezes reaparece no Evangelho de Marcos – «Quem é este que... ?» – e que diz respeito à identidade de Jesus, nasce da constatação de uma autoridade diferente da do mundo, uma autoridade que não tem como finalidade exercer um poder sobre os outros mas servi-los, dar-lhes liberdade e plenitude de vida. E isto até ao ponto de arriscar a sua própria vida, até experimentar a incompreensão, a traição, a rejeição, até ser condenado à morte, até cair no estado de abandono na cruz. Mas Jesus permanece fiel a Deus até ao fim.

E é precisamente então – como exclama o centurião romano ao pé da cruz, no Evangelho de Marcos – que, paradoxalmente, Jesus Se mostra como o Filho de Deus! Filho de um Deus que é amor e que quer, com todo o seu ser, que o homem, todo o homem, se descubra e viva, também ele, como seu verdadeiro filho. Para a fé cristã, isto é certificado pelo facto de que Jesus ressuscitou: não para triunfar sobre aqueles que O rejeitaram, mas para atestar que o amor de Deus é mais forte do que a morte, o perdão de Deus é mais forte do que todo o pecado, e que vale a pena gastar a própria vida, até ao fim, para testemunhar este dom imenso.

A fé cristã acredita nisto: Jesus é o Filho de Deus que veio dar a sua vida para abrir a todos o caminho do amor. Por isso, ilustre Dr. Scalfari, tem razão quando vê, na encarnação do Filho de Deus, o perno da fé cristã. Já Tertuliano escrevia: «*caro cardo salutis* – a carne [de Cristo] é o perno da salvação». É que a encarnação, ou seja, o facto de o Filho de Deus ter tomado a nossa carne e compartilhado alegrias e sofrimentos, vitórias e derrotas da nossa existência até ao grito da cruz, vivendo tudo no amor e na fidelidade ao *Abbá*, testemunha o amor incrível que Deus tem por cada homem, o valor inestimável que Lhe reconhece. Por isso, cada um de nós é chamado a assumir o olhar e a opção de amor de Jesus, a entrar no seu modo de ser, pensar e agir. Esta é a fé, com todas as suas expressões que são descritas concretamente na Encíclica.

Além disso, no mesmo editorial de 7 de Julho, o senhor pergunta-me como entender esta originalidade da fé cristã, assente precisamente na encarnação do Filho de Deus, face a outras crenças que por sua vez gravitam em torno da transcendência absoluta de Deus.

Eu diria que a sua originalidade está precisamente no facto de que a fé nos faz participar, em Jesus, na relação que Ele mesmo tem com Deus que é *Abbá* e, nesta luz, participar na relação que Ele tem com todos os outros homens, incluindo os inimigos, sob o signo do amor. Por outras palavras, a filiação de Jesus, como no-la apresenta a fé cristã, não é revelada para marcar uma separação intransponível entre Jesus e todos os outros, mas para nos dizer que, n'Ele, todos somos chamados a ser filhos do único Pai e irmãos entre nós. A singularidade de Jesus visa a comunicação, não a exclusão.

Claro, daqui segue-se também – e não é pouco – a distinção entre a esfera religiosa e a esfera política, que está sancionada no «dar a Deus o que é de Deus e a César o que é de César», afirmada com nitidez por Jesus e sobre a qual, laboriosamente, se construiu a história do Ocidente. De facto, a Igreja é chamada a semear o fermento e o sal do Evangelho, ou seja, o amor e a misericórdia de Deus que envolvem todos os homens, apontando para a meta escatológica e definitiva do nosso destino, enquanto à sociedade civil e política cabe a árdua tarefa de articular e encarnar na justiça e na solidariedade, no direito e na paz, uma vida cada vez mais humana. Para quem vive a fé cristã, isto não significa fuga do mundo nem vontade de qualquer hegemonia, mas serviço ao homem, ao homem todo e a todos os homens, a partir das periferias da história e mantendo desperto o sentido da esperança que impele a realizar o bem em todas as circunstâncias e com o olhar sempre fixo no além.

Na conclusão de seu primeiro artigo, o senhor pergunta-me ainda o que dizer aos irmãos judeus sobre a promessa que Deus lhes fez: terá ela caído completamente no vazio? Trata-se de uma questão – pode crer – que nos interpela radicalmente como cristãos, porque, com a ajuda de Deus, sobretudo a partir do Concílio Vaticano II redescobrimos que o povo judeu continua a ser, para nós, a raiz santa donde germinou Jesus. Na amizade que cultivei durante todos estes anos com os irmãos judeus, na Argentina, também eu muitas vezes questioneei a Deus na oração, especialmente quando a mente se detinha na recordação da experiência terrível do Holocausto. O que lhe posso dizer – com palavras do apóstolo Paulo – é que nunca esmoreceu a fidelidade de Deus à aliança estabelecida com Israel e que, através das terríveis provações destes séculos, os judeus conservaram a sua fé em Deus. E nunca lhes agradeceremos suficientemente por isso, não só como Igreja, mas também como humanidade. Além disso, perseverando eles precisamente na sua fé no Deus da aliança, lembram a todos, inclusive a nós cristãos, o facto de que permanecemos, como peregrinos, à espera do regresso do Senhor e, por conseguinte, devemos manter-nos sempre abertos a Ele, sem nos fecharmos jamais no que já conseguimos.

E assim chego às três perguntas que me coloca no artigo de 7 de Agosto.

Parece-me que, nas duas primeiras, aquilo que Lhe está a peito é entender a atitude da Igreja com quem não partilha a fé em Jesus. Antes de mais nada, pergunta-me se o Deus dos cristãos perdoa a quem não acredita nem procura acreditar. Admitido como dado fundamental que a misericórdia de Deus não tem limites quando alguém se Lhe dirige com coração sincero e contrito, para quem não crê em Deus a questão está em obedecer à própria consciência: acontece o pecado, mesmo para aqueles que não têm fé, quando se vai contra a consciência. De facto, ouvir e obedecer a esta significa decidir-se diante do que é percebido como bem ou como mal; e é sobre esta decisão que se joga a bondade ou a maldade das nossas acções.

Em segundo lugar, o senhor pergunta-me se é um erro ou um pecado pensar que não existe nada absoluto e, conseqüentemente, também não há uma verdade absoluta mas apenas uma série de verdades relativas e subjectivas. Para começar, eu não falaria – nem mesmo para aqueles que acreditam – de verdade «absoluta» dando ao termo absoluto o sentido daquilo que está desligado, que carece de qualquer relação, porque a verdade, segundo a fé cristã, é o amor de Deus por nós em Jesus Cristo. Portanto, a verdade é uma relação! E tanto é assim, que cada um de nós capta a verdade e exprime-a a partir de si mesmo: da sua história e cultura, da situação em que vive, etc. Isto não quer dizer que a verdade seja variável e subjectiva. Longe disso! Significa, sim, que ela se nos dá sempre e só como um caminho e uma vida. Porventura não disse o próprio Jesus: «Eu sou o caminho, a verdade e a vida»? Por outras palavras, sendo a verdade, em última análise, uma só coisa com o amor, requer a humildade e a abertura para ser buscada, acolhida e expressa. Concluindo, é preciso entendermo-nos bem sobre os termos e, para sair dos estrangulamentos duma contraposição... absoluta, talvez seja necessário reformular em profundidade a questão. Penso que isto seja hoje absolutamente necessário para se estabelecer aquele diálogo sereno e construtivo que eu almejava ao início deste meu texto.

Na última questão, pergunta-me se, com o desaparecimento do homem da terra, desaparecerá também o pensamento capaz de pensar Deus. É certo que a grandeza do homem está em ser capaz de pensar Deus, isto é, em poder viver uma relação consciente e responsável com Ele. Mas, a relação é entre duas realidades. Deus – tal é o meu pensamento e a minha experiência, mas são muitos os que, ontem e hoje, os compartilham! - não é uma ideia, ainda que muito elevada, fruto do pensamento do homem; Deus é realidade com o «R» maiúsculo. Jesus no-Lo revela – e vive em relação com Ele – como um Pai de bondade e misericórdia infinitas. Por isso, Deus não depende do nosso pensamento. Aliás, mesmo quando acabar a vida do homem sobre a terra – e, segundo a fé cristã, este mundo tal como o conhecemos está destinado em todo o caso a perecer –, não deixará de existir o homem; e com ele, de um modo que ignoramos, o próprio universo também não. A Escritura fala de «um novo céu e uma nova terra» e afirma que, no final – num onde e quando que nos ultrapassam mas para os quais, na fé, tendemos com desejo e expectativa – Deus será «tudo em todos».

E assim concluo, ilustre Dr. Scalfari, estas minhas reflexões, suscitadas por tudo o que me quis comunicar e perguntar. Receba-as como uma tentativa de resposta, provisória mas sincera e

confiante, ao convite que vislumbrei para fazermos um pedaço de estrada juntos. A Igreja – creia-me! – apesar de todas as lentidões, infidelidades, erros e pecados que possa ter cometido e pode ainda cometer nos que a compõem, não tem outro sentido e finalidade que não seja viver e testemunhar Jesus: Ele, que foi enviado pelo *Abbá* para «anunciar a Boa-Nova aos pobres, proclamar a libertação aos cativos e, aos cegos, a recuperação da vista, mandar em liberdade os oprimidos, proclamar um ano favorável da parte do Senhor» (*Lc 4,18-19* ).

Com fraterna amizade,

**Franciscus PP.**